

Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes

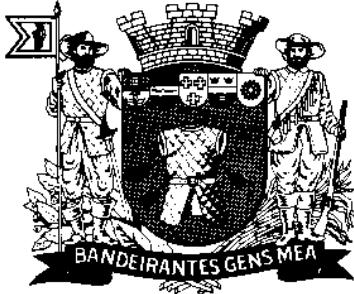
LEI N° 3.468, DE 30 DE JUNHO DE 1989

(Dispõe sobre transferência de categoria de bem público municipal, e dá outras providências).

O PREFEITO MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETA E EU PROMULGO A SUCUPLA LEI:

ARTIGO 1º - Fica transferida da categoria de bem público de uso comum do povo para a de bem comunal do Município, a área situada entre a Av. Pref. Henrique Peres, Rua Antonio Moretti, Rua das Cananéias e Rua das Avencas na Quadra 15 do Loteamento Vila Fernacotti, Município de Mogi das Cruzes - Estado de São Paulo, a seguir descrite:

LEITURA - A área composta da área "I" com perímetro A-B-C-D-E-F-G-H-A, que assim se descreve e confronta: inicia-se no ponto A, localizado a 5,10m da interseção do alinhamento da Rua Antonio Moretti com o alinhamento da Rua das Cananéias, desse ponto segue pelo alinhamento da Rua das Cananéias com rumo de 83932'38" SE e uma extensão de 36,71m onde encontra o ponto B; desse ponto deflete à direita e segue com rumo de 14928'28" SE e uma extensão de 47,76m, onde encontra o ponto C; confrontando nesta extensão com o loteamento da Vila Lavínia; desse ponto deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua das Avencas com rumo de 84930'12" NW e uma extensão de 13,84m, onde encontra o ponto D; desse ponto deflete à direita e segue em linha curva pelo canto arredondado da esquina formado pela Rua das Avencas e Av. Pref. Henrique Peres e um desenvolvimento de 11,27m, onde encontra o ponto E; desse ponto segue pelo alinhamento da Avenida Pref. Henrique Peres com um rumo de 36909'48" NW e uma extensão de 16,56m, onde encontra o ponto F; desse ponto deflete à direita e segue em linha curva pelo canto arredondado da esquina formado pela Av. Pref. Henrique Peres e Rua Antonio Moretti, e um desenvolvimento de 11,18m onde encontra o ponto G; desse ponto segue pelo alinhamento da Rua Antonio Moretti com um rumo de 15901'24" NE e uma extensão de 15,61m onde encontra o ponto H, desse ponto deflete à direita e segue em li



Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes

LEI N° 3.468/89 - FLS.02

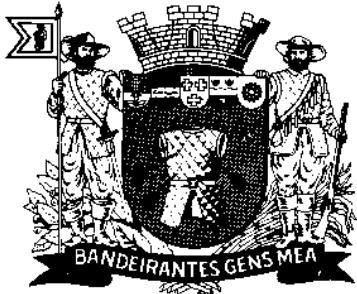
nha curva pelo canto arredondado da esquina formado pela Rua Antonio Moretti e Rua das Samambaias e um desenvolvimento de 1,50m., onde encontra o ponto A; o qual deu origem à presente descrição. O perímetro acima descrito encerra uma área de 1.741,62 m².

ARTIGO 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder à firma Francisco Lino de Macedo e Companhia Ltda., sediada à Avenida Antonio Nascimento Costa, nº 51, neste Ciudad, Concessária do Serviço Funerário do Município, independentemente de concorrência, nos termos do Parágrafo 1º, do Artigo 63, do Decreto-Lei Complementar Estadual nº 09, de 31 de dezembro de 1969, direito real de uso da área de terreno municipal, mencionada no Artigo anterior, destinada à construção de um "Velório" no Distrito de Praça Cubas, neste Município.

ARTIGO 3º - A Concessária deverá iniciar as obras no prazo de 30 dias, após a aprovação do Projeto, e concluí-las em 01 ano.

ARTIGO 3º - Reverão constar do instrumento da presente concessão, as obrigações da Concessária com referência ao "Velório", a ser construído no Distrito de Praça Cubas, e que são as seguintes:

- a) manter em serviço, carros fúnebres em perfeitas condições e em número suficiente para atendimento dos serviços;
- b) fornecer, gratuitamente, caixões de 4a. classe a todos os indígenas e pessoas comprovadamente pobres do Município mediante requisição do órgão competente da Municipalidade;
- c) responsabilizar-se pelo transporte, dentro do perímetro urbano e às respectivas necrópoles, dos corpos de todos os indigentes nas condições do item anterior;
- d) construir e instalar o velório de mantê-lo em perfeitas condições;
- e) dispor para fornecimento aos interessados, de caixões mortuários de 04 (quatro) classes distintas, sendo liberados os serviços de luxo e super luxo;
- f) submeter à aprovação da Municipalidade, todas as suas tabelas de preços;



Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes

LEI Nº 3.468/89 - FLS.03

- g) atender a todas as demais exigências que forem estabelecidas pelo Executivo, objetivando a perfeição do serviço e o melhor atendimento da população;
- h) deverão ser mantidos na Concessionária: livros de reclamações, devidamente formalizados, à disposição do público e dos Poderes Públicos;

ARTIGO 4º - Fimdo o prazo da concessão originária, o imóvel objeto da Lei nº 2.367, de 01 de junho de 1978, e o imóvel a que se refere esta Lei, bem como as benfeitorias neles edificadas, serão revertidas ao Patrimônio da Municipalidade, independente de indenizações a quaisquer títulos.

ARTIGO 5º - Fica o Prefeito Municipal, autorizado, a re-ratificar a Escritura de Concessão para Exploração do Serviço Funerário, tanto em vista o que dispõe a presente Lei.

ARTIGO 6º - As despesas decorrentes da lavratura da Escritura ou outorga do direito real em uso, a que alude este Artigo, correrão às expensas da Concessionária.

ARTIGO 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES, em 30 de junho de 1989, 423º da Fundação da Cidade de Mogi das Cruzes.


WALDEIMAR COSTA FILHO

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria Municipal Para Assuntos Internos e Legislativos - Departamento Administrativo e publicada no Quadro de Editais da Portaria Municipal em 30 de junho de 1989.